

# Petistas se unem contra proibição

Lauro Aires  
Da equipe do **Correio**

Nem o melhor marqueteiro petista pensaria em estratégia tão eficiente. A proibição da publicidade institucional do Governo do Distrito Federal, além de ter dado ao governador Cristovam Buarque um espaço privilegiado nos jornais, rádio e televisão, acabou injetando ânimo nos militantes dos partidos da Frente Brasília Popular.

O clima foi de lançamento de campanha no ato de desagravo contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em resposta a ação do PMDB. O espaço cultural da Câmara dos Deputados ficou lotado de representantes de todos os partidos da frente: PT, PSB, PDT, PCdoB, PSN, PCB. Havia secretários, deputados distritais, federais, administradores, sindicalistas, estudantes e curiosos. Cerca de 400 pessoas. A maioria vestida com camisetas pretas, com um "X" pintado na frente.

O presidente regional do PT, deputado federal Chico Vigilante, abriu a sessão. "O tribunal está se tornando filial do PMDB. Querem tirar o direito do governo se comunicar com a população", reclamou. Os militantes aplaudiam. "Não é um ato pelo governador, é um ato pela democracia, contra a censura", completou Vigilante.

No pé do ouvido, os secretários conversavam e sorriam. Um deles confidenciou ao **Correio** que essa era a bandeira que queriam. Nada melhor do que lutar pela liberdade de expressão. Todos eram unânimes ao avaliar que o PMDB devia estar arrependido do ataque ao governo. "Eles deram um tiro no pé", definiu o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa.

A ato continuava. Discursos e aplausos. Além dos presidentes dos partidos, falaram o ex-presidente do BRB Luiz Fernando Victor (PDT), a vice-governadora Arlete Sampaio. Até o líder dissidente, ex-secretário Osvaldo Russo, que não quis acompanhar o PPS na aliança com o senador José Roberto Arruda (PSDB) compareceu.

Mas a mais aplaudida foi a vice-governadora. Ela ganhou a platéia quando disse que, se necessário, os militantes iriam às ruas: "Não é o primeiro fato criado contra o governo democrático e popular. Outras injustiças virão", previu.

"É para evitar isso que temos de

Paulo de Araújo



Dezenas de militantes do PT com as bocas tapadas protestaram contra a decisão suspender a publicidade oficial do GDF e aproveitaram para fazer campanha

resgatar a credibilidade do TRE. Temos de chamar a atenção dos juizes para sua responsabilidade no processo eleitoral", concluiu Arlete, sob gritos de "senadora, senadora". Foi quando entrou o dublê de deputado e mímico Mi-queias Paz. Com o rosto pintado, fez uma pantomima, onde representava um homem que se libertava de esparadrapos em sua boca.

Passaram o microfone para Cristovam. Ele começou dizendo que o PMDB estava assustado pelas realizações do governo. Falou dos programas bolsa-escola, saúde em casa, bolsa pré-escola, instalação de água e esgoto, entre outros. Seu discurso crescia de intensidade progressivamente.

**"FALTAM 270 DIAS PARA AS ELEIÇÕES.  
NÃO PODEMOS DESCANSAR NENHUM  
DIA ATÉ LÁ"**

Cristovam Buarque

Depois de reclamar da decisão da Justiça, passou a atacar o PMDB. O alvo escolhido foi o deputado distrital Luiz Estevão, que já havia sido chamado de "filhote da ditadura" por Arlete. "Não podemos deixar que volte para o senado um Fernando Collor ou Sérgio Naya com outras iniciais", dis-

se Cristovam. "A única diferença entre o Sérgio Naya e o Luiz Estevão é que em Brasília não há areia da praia para misturar nos prédios."

Estevão ficou indignado com os ataques. "Filhote da ditadura é o Cristovam, que foi nomeado professor da UnB pelo general e presidente João Baptista Figueiredo", rebateu. "Quanto ao Collor, Cristovam já o elogiou na minha frente. Disse que ele tinha sido um presidente que havia feito mudanças impor-

tantes e definitivas para o país. E digo mais: o único prédio que desabou em Brasília nos últimos anos foi o governo dele"

Depois dos ataques, o governador se empolgou. Lembrou que faltavam 270 dias para as eleições e pediu apoio dos militantes. "Não podemos descansar nenhum dia até lá. Temos de ganhar as ruas", pediu.

Enquanto a festa corria, o procurador-geral do Distrito Federal, Marcelo Alencar, continuava sem entender a decisão do TRE. "As propagandas institucionais ficam proibidas três meses antes da eleições. Os juizes estão apenas estendendo esse período. É um absurdo", concluiu.